

URBAIN-KARIM ELISIO DA SILVA, UM AGUDÁ DESCENDENTE DE NEGRO MALÊ

João José Reis
*Milton Guran**

Urbain-Karim Elisio da Silva pertence, por parte da mãe, a uma das mais importantes famílias formadas por retornados brasileiros e seus descendentes, a família Paraíso. Este nome, sendo o da mãe, nem chega a fazer parte do seu, mas é em torno dele que o nosso entrevistado fixou a memória de sua descendência.¹ Ele é bisneto de José Abubakar Bambero Paraíso, africano que foi escravo na Bahia e em meados do século XIX retornou à costa da África, onde fundou sua família, tornou-se conselheiro do rei e líder político da colônia muçulmana local. Ele é neto de Ignacio Soule Paraíso, que foi, na virada do século XIX para o XX, o único africano a ter assento no Conselho da antiga colônia francesa do Daomé, e que herdou do pai a liderança dos muçulmanos de Porto Novo. A história desses dois homens é mergulhada em controvérsia, agora enriquecida pela contribuição de Da Silva, como assina Urbain-Karim Elisio. Antes de chegarmos às suas palavras, e para melhor entendê-las, vamos conhecer um pouco dessa controvérsia.

* João José Reis é professor do Departamento de História da UFBA; Milton Guran é pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes e professor do Instituto de Humanidades da Universidade Cândido Mendes (RJ).

¹ Por parte de pai ele é neto de Honório A. Geo da Silva (1856-1910), fazendeiro, comerciante, presidente da Associação de Afro-Brasileiros de Porto Novo.

A linhagem do entrevistado

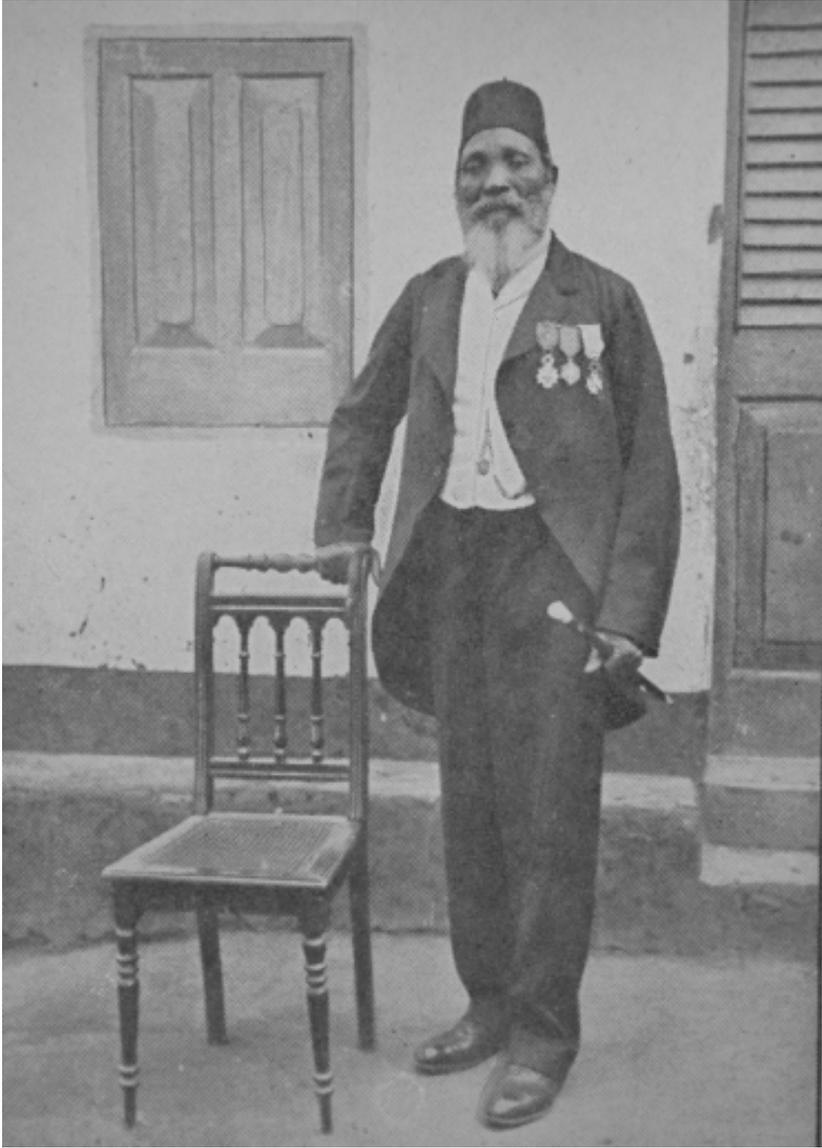
A família Paraíso é a mais importante dentre os agudás islamizados, e teve uma atuação decisiva para a fixação de retornados brasileiros no antigo reino de Hogbonou, rebatizado Porto Novo, em 1754, por Eucharistis Campos, português radicado no Brasil que fazia o tráfico de escravos na região.² Segundo uma tradição corrente na família Paraíso, esta foi fundada por um “príncipe” de Òyó, o mais poderoso dos reinos iorubás, que foi aprisionado, ainda menino, durante uma das muitas guerras internas no início do século XIX e vendido como escravo a traficantes baianos em Uidá. Exportado para a Bahia, ele ali viveu longos anos, foi batizado com o nome cristão de José e exerceu a profissão de barbeiro, tendo adotado o sobrenome Paraíso provavelmente de seu ex-senhor, como era costume. Nesta versão, recolhida por Paul Marty nos anos de 1920, o bisavô de Da Silva aparece com o nome de José Piquino [Pequeno?] Paraíso.³

Ainda segundo informações colhidas junto à família Paraíso por Paul Marty, em 12 de fevereiro de 1848⁴ as autoridades brasileiras concederam a José Paraíso um certificado de “bons serviços”, mais provavelmente, caso autêntico, um certificado de folha corrida da polícia, documento necessário à concessão do passaporte por ele obtido mais tarde, em 1º de dezembro de 1849. Foi então com o nome de José Paraíso que ele teria chegado à Costa da África, mais precisamente em Badagri, em janeiro de 1850, e logo em seguida se instalado em Sémé, o porto recém-estabelecido de Porto Novo, “onde vivia seu amigo Domingo [José Martins]”, um poderoso traficante de escravos baiano. Marty continua: “Diz-se que ali ele recebeu muitas vezes de seu país [Òyó] emissários que vinham chamá-lo para assumir o trono deixado vago por seus parentes. Declinando das honrarias, ele se contentou em nutrir relações de amizade com o rei seu primo”. Sabendo da história de Paraíso, o rei Dé Sodji, que subiu ao trono em 1851, o fez seu conselheiro, porque contava que o retornado pudesse ajudá-lo a aliar-se com Òyó, no caso de uma

² Milton Guran, *Agudás: os “brasileiros” do Benim*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, p. 2.

³ Paul Marty, *Études sur l’islam au Dahomey*, Paris, Éditions Ernest Leroux, 1926, pp. 51-52, 89.

⁴ Em *ibid.*, p. 89, aparece o ano de 1858, um provável erro de impressão.



Ignacio Soule Paraíso

guerra. Paraíso tornou-se o principal conselheiro do rei, que lhe concedeu um vasto terreno em Issala-Odo, e logo assumiu grande influência entre os africanos de língua iorubá, ou nagôs, protegendo particularmente os retornados do Brasil. Foi também nesse início da década de 1850 que ele constituiu família, vindo a formar numerosa descendência.⁵

Marty não menciona se Paraíso converteu-se ao islamismo na Bahia ou após seu retorno à África. Foi informado, porém, que se fez líder importante da comunidade muçulmana em Porto Novo e contribuiu para a conversão ou reconversão de muitos retornados que haviam abraçado o catolicismo no Brasil. Além disso defendeu com firmeza o Islã e seus adeptos “contra a perseguição dos fetichistas e seus ciumentos sacerdotes”, conta Marty.⁶

Este mesmo autor apresenta uma outra narrativa da vida de José Paraíso, bem mais detalhada e desfavorável, fornecida pelos adversários de sua família nos anos 1920. Aqui seu nome é Odio (provavelmente Ojo), filho de Elépo, líder da vila de Iyê, que buscou apoio de Òyó para livrar-se da vassalagem do rei de Ibadan, reino fundado por volta de 1829. Tendo conhecimento da “traição” de Elépo, Ibadan atacou e destruiu Iyê, e vendeu a maioria de seus habitantes como escravos a negreiros europeus. Ojo estava entre os cativos traficados para a Bahia, onde foi comprado por um comerciante de sobrenome Paraíso, que o empregou no ofício de barbeiro. Posteriormente ele seria comprado de volta à África por Domingos José Martins, traficante que vivia em Porto Novo e que estaria cansado de ter sua barba e cabelo mal cortados pelos profissionais locais. Isto teria rendido a José Paraíso o apelido de “Bambero”. Além de seu barbeiro pessoal, Martins empregou o escravo como vigia noturno em sua propriedade na praia de Okoum-Sémé, onde possuía plantações de dendê. Foi nessa ocasião que ele teve um filho de uma escrava, a quem deu o nome cristão de Ignácio.

Quando Martins morreu, José Paraíso tornou-se, de maneira efetiva, o gerente de suas plantações na região, tendo sido ele e seu filho arrolados pelo rei Dé Sodji como parte da herança do comerciante brasileiro que lhe era destinada segundo o costume local. De acordo com esta versão, o filho

⁵ Ibid, pp. 51-52.

⁶ Ibid., p. 52.

Ignácio tornar-se-ia um protegido do rei e seu serviçal de confiança, um *lari*.⁷ A vida na corte o teria animado a estabelecer uma origem nobre — inclusive escarificando seu corpo com as marcas da realeza de Òyó — ao mesmo tempo em que abraçava abertamente o islamismo, fazendo-se chefe e protetor dos muçulmanos de Porto Novo junto ao rei.

Esta narrativa da origem da família sugere que Ignácio, e não seu pai, seria o primeiro dos Paraíso a gozar da confiança pessoal do rei. Trata-se de uma versão que foi divulgada por seus adversários políticos em um momento, iniciado em 1917, em que a comunidade muçulmana estava profundamente dividida em torno de quem deveria ser nomeado o novo imã da recém-construída Grande Mesquita de Porto Novo. Ignácio tinha seu candidato e era apoiado pela próspera comunidade muçulmana dos retornados e seus descendentes; os muçulmanos locais apoiavam um outro nome para o cargo, e acusavam Ignácio de “ditador” e corrupto (ele teria surrupiado fundos, a ele confiados, destinados à construção da mesquita). Para diminuir ainda mais a figura de Ignácio, esses muçulmanos divulgaram uma história da origem do clã Paraíso que lhe retirava a dignidade de ter como fundador um homem com origem nobre em Òyó, que teria retornado do Brasil já liberto e convertido à fé muçulmana. Segundo esta narrativa, como vimos, tanto José Paraíso como seu filho Ignácio haviam sido escravos na África, primeiro de Domingos José Martins, depois do rei Dé Sodji, e ambos só haviam se convertido ao Islã algum tempo após entrarem no serviço real, por mero oportunismo político.⁸

⁷ O título de *ilari* era dado ao escravo real, ou do palácio, em Òyó. Ver E. Adeniyi Orogé, “The Institution of Slavery in Yorubaland with Particular Reference to the Nineteenth Century” (tese de Doutorado, Centre of West African Studies, University of Birmingham, 1971), cap. 1. *Lari* seria a forma fon de *ilari*.

⁸ Marty, *Études*, discute em detalhe as desavenças entre os muçulmanos de Porto Novo nesse período. Ver também documentação pertinente transcrita em Guran, *Agudás*, pp. 97-104. Foram certamente estes mesmos documentos, de 1921, que Marty utilizou para apresentar a versão contada pelos adversários de Ignácio Paraíso sobre a origem de sua família. Segundo estes, também a mãe de Ignácio seria uma escrava de Domingos José Martins. Quanto ao aspecto religioso, José teria se convertido ao islamismo somente após a morte de Domingos, quando já era *lari* do rei de Porto Novo, uma conversão que teve como objetivo aumentar sua influência entre os muçulmanos para firmar-se como líder político regional. Em “Les Brésiliens: The Impact of Former Brazilian Slaves upon Dahomey” (tese de Doutorado, Boston University, 1975), Michael Turner argumenta que o fato de haver um ramo católico na família Paraíso sugere que José seria católico ao retornar para a África e constituir descendência.

Este episódio confirma que nesta parte da África a posição social e a reputação pessoal de alguém estão intimamente vinculados à origem de seus antepassados. A acusação de cativo era particularmente comprometedor porque, conforme Marty descobriu no Benim dos anos 1920, “o cativo entre os brancos não tinha o caráter desonroso que o estado de servitude entre os negros acarretava”.⁹ Ou seja, ter sido escravo no Brasil não era desonra, ter sido na África sim.

Pierre Verger introduz variações em torno dessa história, aparentemente colhidas da própria família Paraíso. Ele afirma, por exemplo, que José se converteu ao islamismo na Bahia, adotando o nome de Abubakar; e que seu filho já nascera muçulmano, tendo porém recebido um nome cristão, um muçulmano e outro iorubá, vindo a ser, respectivamente, Ignácio Soule Nunassu (“que a riqueza venha”), “uma demonstração de ecletismo e espírito de ecumenismo adquirido na Bahia”, comentou Verger entusiasmado com a alquimia cultural baiana.¹⁰

Independente das diversas versões sobre sua vida, José Pequeno Abubakar Paraíso e seu filho Ignacio Soule Nunassu Paraíso desempenharam papéis de primeira ordem no desenvolvimento da comunidade muçulmana de Porto Novo. De fato, tendo o primeiro se convertido no Brasil ou após seu retorno à África, ele se tornaria uma referência segura tanto para os antigos escravos islamizados que voltavam do Brasil quanto para os retornados católicos, na sua maioria nagôs, o que lhe deu uma grande autoridade entre a população “brasileira” de fala iorubá da cidade. Esta liderança foi herdada por seu filho.

Favorecido por sua inserção na corte real de Porto Novo, Ignácio prosperou a ponto de tornar-se um dos homens mais ricos e influentes do Daomé em seu tempo. Possuía vastas plantações de café e ananás, além de uma rede de entrepostos comerciais e valiosos terrenos urbanos e suburbanos. Era no tempo em que Marty o conheceu, na década de 1920, um dos poucos daomeanos a trafegar em automóvel próprio. Segundo Marty, ele era “um homem inteligente e sagaz, que sucedeu a seu pai na direção da comunidade muçulmana de Porto Novo, no que se

⁹ Marty, *Études*, p. 17

¹⁰ Pierre Verger, *Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*, São Paulo, Corupio, 1992, pp. 34-41.

saiu muito bem”. Homem de confiança das autoridades coloniais francesas, a ele foi dado um título de Cavaleiro da Legião de Honra.¹¹

De fato, tendo sido primeiramente conselheiro de vários reis de Porto Novo, depois conselheiro dos franceses sob o regime de protetorado, Ignácio Paraíso tornou-se o “brasileiro” mais importante de Porto Novo na sua época. Foi um dos primeiros a apoiar as pretensões da França naquela região, ao lado dos comerciantes “brasileiros” Angelo e Sant’Ana. Fazia parte do Conselho de Defesa durante a guerra contra o rei Béhanzin (1889-1894), último a resistir à conquista francesa, e teria mesmo fornecido tropas ao general Alfred Dodds, graças à sua influência junto aos nagôs.¹²

Depois da conquista francesa, a administração colonial reconheceu os seus serviços e fez de Ignacio Paraíso o primeiro e, durante muito tempo, o único africano a ter assento no Conselho de Administração da Colônia do Daomé. Considerado a personalidade mais importante de Porto Novo depois do rei, ele utilizou seu prestígio para proteger a comunidade muçulmana e os numerosos “brasileiros” que foram se instalar no reino justamente devido à sua presença. Ignácio Soule Paraíso morreu em 5 de outubro de 1939, no seu 87º ano de vida, e deixou uma imensa descendência através dos 135 filhos e filhas que teria tido – entre as quais a mãe do Sr. Urbain-Karim da Silva — todos “inscritos no registro”, segundo a família.¹³

O entrevistado e uma nova narrativa sobre o fundador da família Paraíso

Um dos homens mais ricos do Benim, nosso entrevistado, Urbain-Karim Elisio da Silva, foi candidato à Presidência da República em 1968 e desfruta de grande amizade com o General Mathieu Kerekou, principal dirigente do extinto regime socialista e atual (2002) Presidente da República. Ele exerce as funções de Cônsul Honorário do Brasil no Benim e

¹¹ Marty, *Études*, p. 92.

¹² Turner, “Les Brésiliens”, p. 294.

¹³ Entrevista de Milton Guran com o Conselho da Família Paraíso, em Cotonu, 14 de dezembro de 1995.

é presidente da Association des Ressortissants Brésiliens (Associação dos Descendentes de Brasileiros), conforme atesta uma placa na entrada de sua residência no centro de Porto Novo, onde a bandeira brasileira se encontra permanentemente hasteada. Ele também se apresenta como o “Primeiro Dignitário da Comunidade Islâmica” em Porto Novo, herdeiro portanto da posição no passado ocupada por seu avô e bisavô.

Da Silva é um homem preocupado em cultivar a memória de seus ancestrais. Uma parte da sua fortuna ele aplicou na construção do Musée da Silva des Arts et de la Culture, inaugurado em novembro de 1998, um museu particular sobre a família, a cultura agudá e a diáspora africana em geral. Para tanto, adquiriu e reformou uma antiga construção colonial francesa contígua à sua residência, onde acumula objetos, publicações, fotocópias de reportagens e documentos vários que julga relevantes, junto com móveis e outros símbolos de prestígio – tem, por exemplo, dois automóveis Rolls-Royce – ligados à sua própria pessoa e à sua família. Num anexo do museu se encontra exposto um conjunto de fotos, textos e algumas peças que contam, segundo sua versão, os altos e baixos da história da humanidade, distribuída por cada continente. Ali também guarda reproduções de esculturas da antiguidade clássica e da África contemporânea, câmeras fotográficas, máquinas de escrever e telefones antigos.

Homem de negócios próspero, Karim da Silva também construiu uma imagem de homem de cultura. Além de seus museus ele mantém um teatro e um cinema, escreveu e editou livros, um deles dedicado à música afro-cubana e afro-americana, que ele relaciona com a formação da cultura negra sob a escravidão. Essa música, segundo Da Silva, teria surgido como um protesto contra o cativo, produto da luta dos escravos para expressar seus sentimentos mais profundos, inclusive religiosos, daí ele enfatizar, no caso norte-americano, a história da música *gospel* e os *spirituals* através de seus mais renomados representantes. A perspectiva histórica enraizada na escravização dos africanos ele registra no próprio título de seu livro, *A inesquecível herança dos escravos negros: a música afro-americana*.¹⁴

¹⁴ Urbain-Karim Elisio da Silva, *L'inoubliable heritage des esclaves noirs*, Porto Novo, Editions Silva, 2000.

Tendo vitimado seus antepassados, a escravidão moderna é em Da Silva uma preocupação intelectual e política com significado pessoal profundo. Um outro livro seu reproduz os chamados “códigos negros” concebidos pela França e Espanha para legislar sobre o tratamento dos escravos em suas colônias. Diversas questões são apontadas por ele para justificar a oportunidade dessa publicação: ela serve para informar as novas gerações sobre o horror da escravidão africana no Novo Mundo; serve para denunciar a pilhagem escravista da África e justificar uma reparação por parte dos países beneficiários do tráfico; serve para combater o racismo anti-africano na França, importante potência traficante e ex-metrópole do Benim.¹⁵

Da Silva, porém, avisa que não confundam a publicação do livro com uma “atitude racista”. “Longe de nós esta idéia ou esta intenção”, afirma. Ele não poderia ser racista sem ser hipócrita, insinua, porque tem sangue de branco correndo em suas veias, por ser descendente, de um lado, “de um negreiro português do qual levamos o nome [Da Silva]; do outro, de um príncipe de Òyó vendido e desembarcado no Brasil de onde retornou com o nome de seu antigo senhor”.¹⁶ Sua maior lealdade, contudo, ele estabelece com a memória deste último ancestral, a quem dedica o livro: “Em homenagem aos escravos insurgidos de todo o mundo, e particularmente a meu antepassado José Bambéro PARAÍSO, cérebro do levante dos Malês de 1835 no Brasil”. Por aí já se vê que estamos diante de mais uma versão da história do fundador da linhagem Paraíso do Benim.

Todas essas características, incluindo algumas extravagâncias e idiossincrasias pessoais, fazem de nosso entrevistado um personagem complexo. Apesar de muçulmano e africano, não está afinado com os ramos mais ortodoxos do Islã, que prosperam a olhos vistos nos dias que correm naquela parte da África; e não aderiu a uma ideologia afrocêntrica tão em voga entre intelectuais africanos e afro-americanos. Da Silva é um entusiasta da criatividade humana, no Oriente ou no Ocidente, que aprecia desde o melhor carro produzido no Ocidente à mais bela escultura criada na África. É um muçulmano que cultua mambo, jazz e *gospel*

¹⁵ Urbain-Karim Elisio da Silva, *Le code noir français et espagnol*, Porto Novo, Grande Imprimerie du Benin, 1999, p. 5.

¹⁶ *Ibid.*

— esta, a música típica de uma outra religiosidade. Trata-se de um homem a seu modo culto e ecumênico, cuja posição social não recomenda radicalismo.

Em 30 de novembro de 2001, o Sr. Karim da Silva gentilmente nos recebeu sob o alpendre de um grande *compound* que funciona como sua residência principal em Porto Novo, onde sentamos em sofás cercados por peças — esculturas, pinturas, velhas câmeras fotográficas etc — ainda não incorporadas ao museu e espalhadas sem ordem aparente pelo chão. Ele nos serviu vinho branco, mas não bebeu. Ali nos concedeu uma entrevista que girou principalmente em torno de seu antepassado escravizado na Bahia, sua ligação com a revolta dos malês em 1835, seu retorno à África e o papel que teria desempenhado no reino de Porto Novo. Reivindicando a autoridade de quem se baseia na tradição oral de sua própria família, ele constrói uma nova narrativa para cada um desses episódios, deixando muito claro para os entrevistadores que esta — e não aquela contida nos livros dos principais autores que trataram desses temas — seria a verdadeira, a legítima narrativa da experiência atlântica de José Abubakar Bambero Paraíso, nascido Arogundade em Òyó.

O depoimento de Da Silva estabelece uma heróica trajetória de rebeldia e fuga para seu bisavô, que diverge das narrativas apresentadas por Paul Marty, Pierre Verger e os muçulmanos locais adversários de Ignácio Paraíso. Estes muçulmanos registraram uma história da conversão oportunista de José Abubakar Paraíso ao Islã após seu retorno à África como católico, enquanto Da Silva o torna um convertido na Bahia; Verger concorda com Da Silva neste ponto, mas define Abubakar como um muçulmano “tolerante” e não o relaciona com o levante dos malês, enquanto Da Silva o transforma em cabeça do mesmo levante; Verger e os adversários da família o consideram retornado à África na condição de escravo de Domingos José Martins, enquanto Da Silva conta a história de um condenado que escapara de ser lançado ao mar como punição por rebeldia; Marty, Verger e os adversários da família o vêem como escravo do rei de Porto Novo, Da Silva o diz um homem livre e principal conselheiro do rei; todas as versões anteriores o têm como barbeiro, Da Silva afirma que ele era um mestre de ofício no ramo da construção.

Sobre sua conversão na Bahia e o possível papel de José Paraíso no levante de 1835, alguma coisa mais pode ser dita. Da Silva afirma que seu antepassado tornou-se muçulmano na Bahia por sofrer discriminação no seio da religião senhorial, à qual fora forçado a aderir. Esta é uma hipótese verossímil para o afastamento de muitos africanos do catolicismo e sua conversão ao islamismo, mas cabe lembrar que os negros tinham uma margem considerável de liberdade dentro de suas irmandades católicas, algumas das quais possuíam inclusive templo próprio.¹⁷

Paraíso, segundo Da Silva, teria se envolvido com os africanos haussás — que de fato constituíam o maior dos grupos étnicos islamizados na Bahia — convertendo-se à doutrina de Muhammad sob influência destes. É possível que o “príncipe de Òyó” tivesse caído em mãos de um senhor cujos escravos fossem exclusivamente ou na sua maioria haussás, única possibilidade para ele ter vivido na Bahia à margem da numerosa e ativa colônia nagô — na qual poderia ter sido reconhecido como nobre — e que também contava com um grande número de muçulmanos. Estes muçulmanos de origem iorubá, e não os haussás, foram os principais líderes e militantes envolvidos com o levante de 1835. Os haussás na verdade tiveram uma participação deveras modesta na revolta, inclusive por se tratar de um movimento dominado pelos nagôs, grupo considerado por aqueles de pouca tradição muçulmana. Além disso, entre os líderes nagôs não havia um com o nome cristão de José.¹⁸

Consta, porém, que um certo Mala Mubakar seria um importante líder em 1835, tendo assinado uma “proclamação” garantindo aos rebeldes proteção mística contra seus adversários. Muito parecido, Abubakar

¹⁷ Sobre irmandades e catolicismo negros na Bahia, ver Carlos Ott, “A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho”, *Afro Ásia*, n.º 6/7 (1968), pp. 119-126; Luís Monteiro da Costa, “A devoção de Nossa Senhora do Rosário na cidade do Salvador”, *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, vol. 10, n.º 10 (1958), pp. 95-113; João da Silva Campos, *Procissões tradicionais da Bahia*, Salvador, Secretaria de Educação e Saúde, 1947, *passim*; João José Reis, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, cap. 2 e *passim*; e id., “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão”, *Tempo*, n.º 3 (1997), 7-33; Jefferson A. Bacelar e Maria da Conceição B. de Souza, “O Rosário dos Pretos do Pelourinho”, Salvador, IPAC, mimeo, 1974; Patricia Mulvey, “The Black Lay Brotherhoods of Colonial Brazil”, tese de doutorado, University of New York City, 1976.

¹⁸ Ver sobre o perfil étnico do levante de 1835, João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, cap. 10.

seria o nome muçulmano de José Bambero Paraíso. Teríamos então encontrado um personagem cuja identidade nunca foi estabelecida pelos estudos sobre o levante? Temos nossas dúvidas. Em primeiro lugar o nome Abu Bakr – com suas variações locais — é muito comum entre os muçulmanos, sendo o nome do primeiro califa e sucessor de Muhammad. Em segundo, Nina Rodrigues, baseado em informação dada pelo imã africano da Bahia no final do século XIX, apresenta um outro candidato a esse mesmo cargo em 1835, um africano cujo nome cristão seria Tomé. Em terceiro, o documento de 1835 em que aparece o nome Mala Mubakar é uma tradução de um escrito malê cujo original desapareceu, e é pouco esclarecedor quanto à hierarquia rebelde porque a suposta assinatura de Mala Mubakar apareceria ao lado de outras.¹⁹ Permanece então a dúvida sobre a identidade desse malê, mas agora temos a história dessa dúvida enriquecida pelo depoimento de Karim da Silva.

Outro ponto polêmico envolve o retorno de José Paraíso à África. A história de sua punição com a morte por afogamento no mar é improcedente, mas a deportação de suspeitos de rebeldia para a África foi um recurso amplamente usado pelo governo baiano em 1835, com base em uma lei especificamente criada para assim punir *africanos libertos* absolvidos por falta de provas. Esses retornados, e outros que decidiram segui-los voluntariamente para escapar à perseguição após o levante, iriam formar o núcleo originário de muitas das colônias de “brasileiros” em algumas cidades do Golfo do Benim, entre elas Lagos, Uidá e Porto Novo.²⁰ Caso Paraíso tenha sido um daqueles deportados, ele não retornou à África escravizado, como afirmam Verger e os adversários da família Paraíso, e sim liberto, e é precisamente esse fato, aureolado de um aspecto épico, que a narrativa de Da Silva busca estabelecer e assim livrar a família da mancha de ter sido seu fundador um escravo *na África*. Note-se que foi lá na África, e não na Bahia, onde se deu a fundação da linhagem à qual Da Silva orgulhosamente pertence. Ao mesmo tempo, a data até agora estabelecida para o retorno de Paraíso é implicitamente negada por Da Silva, uma vez que Paraíso não teria

¹⁹ Ibid, pp. 255-256.

²⁰ Ibid, cap. 15.

retornado em 1850, mas quinze anos antes, única forma de constituí-lo como líder rebelde em 1835 e uma das vítimas de sua repressão.

Outros aspectos da narrativa de Da Silva divergem do que contam os historiadores e também se relacionam a um esforço para dignificar seu antepassado. Este o caso da origem de seu apelido “Bambero”, que para ele se relacionava ao uso de uma barbicha e não à sua ocupação. A indicar a natureza cambiante da tradição oral no interior da própria família Paraíso, Verger registrou ter ouvido de outros membros uma versão diferente para a etimologia de Bambero, que seria um nome próprio iorubá, derivado de *ba mi ero*, significando “dá-me a calma”. Ao dizer que o nome iorubá de seu bisavô era Arogundade, Da Silva discorda daquele parente que serviu de fonte a Verger.²¹ Em resumo, teríamos três versões para o nome iorubá de José Paraíso: Ojo, Bambero e Arogundade.

O interesse em apontar as dissonâncias entre o depoimento de Da Silva e outros que o antecederam reside precisamente em sugerir que a memória histórica constitui um campo politicamente minado, lugar de disputa de poder. É isso, basicamente, que significa dizer que se escreve a história a partir de diversas versões. Nesse sentido as palavras de Karim da Silva são, em princípio, tão legítimas e autorizadas quanto as contidas em outras narrativas, além de ser uma versão em parte plausível de episódios relevantes para a história dos dois lados do Atlântico onde se desenrolou a atribulada vida de seu antepassado. Ademais, elas constituem peça importante para a compreensão do papel dos antigos escravos retornados e de seus descendentes na construção da cultura dos agudás no Benim. Parte importante dessa cultura é precisamente o culto da memória dos pais fundadores. Daí fazer enorme sentido que um homem rico e poderoso como Urbain-Karim da Silva se preocupe em participar da construção da memória de José Paraíso. Isso parece ainda mais relevante porque certamente ainda correm, entre os agudás e em especial entre os muçulmanos de Porto Novo, narrativas que tentam contestar a legitimidade, no passado, da liderança, tanto de José quanto de Ignácio Paraíso. Como Da Silva também é hoje, ele

²¹ Verger, *Os libertos*, p. 41, n. 4.

próprio, um líder ao mesmo tempo entre os agudás e os muçulmanos, suas palavras têm significado ainda maior pelo papel que desempenham como instrumento de combate político.

A ENTREVISTA (Porto Novo, 30 de novembro de 2001)²²

P. – Sr. Cônsul, nós gostaríamos de ouvi-lo, se for possível, contar a história do seu ancestral Bambero Paraíso e de Ignácio Paraíso; gostaríamos de ouvir da sua própria boca, já que o Sr. mesmo é uma eminente personalidade das comunidades agudá e muçulmana do Benim.

Da Silva – Vocês me perguntam sobre a história do meu ancestral Paraíso. Ele era um príncipe do reino de Òyó, um jovem príncipe com o qual o pai contava para sua sucessão, e por isso desde cedo ele o tinha perto de si e lhe ensinava como governar os homens. Mas o fato é que seus irmãos mais velhos, e os seus primos, que pensavam que caberia ao primogênito subir ao trono, ao constatarem essa mudança de comportamento do pai, tornaram-se ciumentos do irmão mais novo, que era sempre chamado pelo pai para as audiências com os dignitários estrangeiros, e estava sempre perto do protocolo [real] junto de seu pai. Eles viam a coisa assim e o ciúme chegou ao ápice quando, por ocasião de uma guerra com o reino de Abomé, eles instigaram seu irmão menor a ir ao local da guerra, com a desculpa de que eles iriam constatar as perdas, mas eles já tinham combinado com agentes de Abomé para lhes vender um cativo muito poderoso. Ele era um jovem robusto, e o fizeram cair em uma armadilha. Como previsto, o jovem príncipe foi preso por uma rede, os irmãos retornaram, o negócio estava feito. Aquelas pessoas o levaram para Abomé. Ele mesmo contou, e guardamos isso preciosamente, que em Abomé foi vendido aos negreiros que o conduziram a Uidá e de Uidá para o Brasil. Era um príncipe que se chamava Arogundade [aquele que vê a guerra e usa a coroa, ou seja, aquele que obtém glória na guerra]. E assim ele foi ter no Brasil e, uma vez lá,

²² Transcrição de Simplicio Dako e tradução de Milton Guran. Palavras entre colchetes foram introduzidas na transcrição pelos entrevistadores para facilitar a compreensão do texto.



Sr. Karim-Urbain da Silva, Porto Novo, Benim, novembro de 2001 (foto Milton Guran)

rapidamente se familiarizou com os africanos de todas as raças, que não se entendiam entre si. As pessoas procuravam aqueles com os quais pudessem ter quaisquer meios de contacto. Ele se encontrou então no meio dos haussás. Ora, havia haussás nas fronteiras de Òyó que falavam iorubá e iorubás que falavam haussá, então eles se entenderam rapidamente e formaram uma comunidade porque, além do dialeto [*patois*, no original] que eles levaram um tempo para aprender, eles já podiam conversar entre si. Foi assim que ele se encontrou no meio haussá e se organizou com os haussás. Os haussás eram muçulmanos e não admitiam de forma alguma ouvir falar de Cristo, já era forte a hostilidade [com os cristãos]. Os haussás só se interessavam pela sua religião. Meu ancestral, então, se encontrava no meio dos haussás e se familiarizou com eles. Mas ele tinha uma superioridade nisso tudo, porque ele tinha aprendido a dirigir os homens com seu pai, [tinha aprendido] a ser paciente, a escutar as pessoas, a julgar pequenas causas. Ele tinha, então, uma pequena superioridade, resolvia conflitos, acalmava as pessoas, que foram fazendo dele um líder. Foi daí que ele nos falou da revolta de 1835. Ele disse que na época ele tinha 35 anos, já que ele nasceu em 1800. Houve muitas revoltas que foram reprimidas, e ele era investigador [sic]. Mas as pessoas acreditavam muito nos talismãs usados pelos haussás. Quando desmancharam um [talismã] constataram que [dentro] havia coisas escritas. Para eles era uma proteção e assim eles enfrentavam perigos enormes. Eles acreditavam nisso pensando que o talismã os protegeria. Era assim que os haussás desafiavam as balas, uns morriam, outros eram protegidos, mas eles se jogavam contra os adversários que pensavam que eles eram invulneráveis. Eles marchavam sobre os adversários. Ele nos disse que o levante de 1835 foi minuciosamente preparado por eles mas que um erro que eles cometeram [sic] – primeiramente os haussás são muito fiéis e quando eram pegos eles não apontavam jamais um cúmplice, mas, não podendo se associar somente a haussás, havia iorubás no grupo, e é daí que veio a traição. Os haussás não os denunciaram jamais e eles aproveitaram para organizar a libertação dos prisioneiros do seu grupo. Mas a recomendação era de matar todos aqueles citados sem julgamento. Muitos foram mortos, e a cidade cheirava tão mal que as pessoas pediram para parar de matar logo. Na época ele fazia parte das pessoas recentemente presas.

E ele nos disse que um navio passava e se disse ao capitão para pegar os condenados à morte – “eles te serão úteis a bordo. Quando vocês virem a costa, joguem-nos no mar.” Foram então levados a bordo os condenados à morte. Eles foram obedientes e naturalmente trabalharam durante o trajeto. Meu ancestral deixou crescer a barba. Era [uma marca] de inteligência, ele tinha uma barbicha, era o que o distinguia dos outros. Quando eles viram que se aproximavam da costa, muito cedo de madrugada, eles então deram um golpe num que estava no convés, o amarraram e o prenderam numa cabine com um cadeado para trancar a porta para que as pessoas não pudessem soltá-lo. Eles meteram os botes na água e se salvaram.

P. – *A tradição oral da sua família fala de outras pessoas que faziam parte do grupo rebelde?*

K. – Nosso ancestral falou dos haussás, havia nagôs, havia iorubás, mas a maioria das pessoas com quem ele se entendia era haussá.

P. – *A maioria era então haussá?*

K. – Sim. Havia outras raças, mas com os haussás, além do português que eles falavam, eles podiam se compreender [em outra língua]. Ele não era muçulmano como os haussás, mas era um assimilado, um aceito.

P. – *Ele era um devoto da religião tradicional iorubá?*

K. – Todos os reis eram feiticeiros [*féticheurs*, no original], assim como seus filhos. Mas sua ligação com os haussás lhe deu uma tendência à religião muçulmana. Ao ir lá [ao Brasil] ele foi batizado, mas ele não queria adotar a religião do senhor, não por revolta e por aversão, não era que a religião fosse má. Se é a religião do senhor não se quer. Diziam-lhes que é Deus, mas se perguntavam: “que Deus é esse que nos mantém na escravidão?” Ele diz, “quando nós construímos as igrejas, não temos mais acesso às igrejas. Somos nós que fazemos tudo, construímos tudo, mas quando a igreja está pronta para rezar, não nos querem mais. Se é assim, nós também não queremos esse Deus.” É por essa razão que as pessoas pegavam pequenas pedras que elas adoravam. Mas ele, já que tinha se aproximado dos haussás, preferiu ir para a religião deles haussás. Foi assim que eles desembarcaram em Lagos, as

peessoas os viram, tiveram medo deles. Entre os haussás que partiram, alguns voltaram. Ele tinha partido com 14 ou 15 anos de idade. Ele voltou com 35 ou 36 anos. Os haussás que partiram são os mesmos que voltaram. Ao voltarem, eles ainda falavam sua língua, conheciam ainda o seu país. Quando desembarcaram em Lagos, foram diretamente para o norte, com alguns iorubás. Mas ele, que conhecia a sua história e sabia que um dos seus irmãos devia estar no trono porque o seu pai já devia estar muito cansado, ele disse que preferia ficar em Lagos com os outros. Ele, então, se instalou em Lagos e descobriram outras famílias como os Martins que estavam em Lagos, e ajudavam os senhores a comprar escravos. E em os vendo assim, recrutaram entre eles os melhores marceneiros, carpinteiros e juntos construíram as primeiras casas de Lagos. Eles iam em grupos de dois. Esta semana dois trabalhavam, na outra semana outros dois trabalhavam. Foi assim que, através dos que haviam voltado, o primo do nosso antepassado que estava no poder teve notícias de Arogundade. Disseram-lhe que ele tinha voltado e que tinha se estabelecido em Lagos. O rei então montou uma equipe composta por seus próprios lutadores e lhes ordenou de tudo fazer para trazê-lo [à sua presença]. Os delatores disseram que ele era “o único a usar uma barbicha. Assim que o virem, é ele o chefe do grupo”. Quando [os homens do rei] foram a Lagos, foram à praia. Mas aconteceu que trabalhando ele se feriu, e por causa da barba e do cabelo a ferida não cicatrizava. Ele então foi obrigado a raspar a barba. Como ele não usava mais barba, não foi reconhecido e as pessoas vindas da parte do rei foram vê-lo para lhe dizer que eles procuravam alguém que tinha uma barba sem saber quem era ele. E eles conspiraram com ele para pegar aquele que tinha uma barba. E ele nos disse que o que o salvou foi ter-se ferido na obra. “Se não fosse aquele ferimento, teriam me agarrado, me batido e me matado”. Quando ele compreendeu que os emissários do rei tinham ido à sua procura, no dia seguinte de manhã muito cedo eles juntaram seus pertences e partiram ao longo da costa. Eles chegaram em uma bonita aldeia, mas refletiram que era muito próximo de Lagos. Encontraram uma outra, era Badagri, e eles pararam lá. Começaram a levar a vida em Badagri. Pediram às pessoas de Badagri com as quais tinham familiaridade para lhes avisar se os emissários do rei – pessoas com escarificações faciais [*balafrés*, no original] – viessem à

sua procura. Depois de algum tempo as pessoas com escarificações apareceram e eles foram avisados. Mais uma vez pegaram suas coisas e partiram, sempre ao longo do mar. Chegando à praia de Semé, encontraram um navio – uma galeota – com um negro de nome Gonzalo, que era o capitão. O capitão lhe disse que seu navio tinha naufragado e um outro barco tinha pegado o capitão branco, que o tinha deixado ali à espera de que voltassem para liberar o navio ou recuperar os pertences. Eles acamparam lá. Dentro do barco, havia mudas de coqueiro, raízes de mandioca. Então começaram a plantar e passaram a viver lá. Enquanto isso os emissários do rei, ao saberem em Badagri que eles tinham fugido de novo, os seguiram até o limite do reino do Daomé. Eles não podiam entrar nesse território, então foram dar contas ao rei. O rei se disse – “agora, eles estão entre nossos aliados de Porto Novo com quem tenho excelentes relações.” Ele então enviou uma missão ao rei Sodji, em 1851, para avisar que um dos seus súditos “se encontrava em vosso território. Podia enviá-lo de volta?” Quando os emissários vieram, o rei lhes disse, “estamos na época das chuvas e as estradas estão impraticáveis. Quando as chuvas pararem, eu vou trazê-lo para as nossas prisões, e eu irei vos avisar”. Passadas as chuvas, o rei ali enviou uma delegação e as pessoas [da delegação] os viram. Ao invés de serem ameaçadores, eles estavam limpando fuzis no navio que tinha naufragado. Eles disseram, então, “mas essas pessoas têm fuzis, e ao invés de serem agressivos eles são calmos, e eles conversaram com eles”. Lhes disseram que o rei tinha ficado sabendo que “vocês se encontravam no nosso território, mas vocês não podem estar aqui sem serem aceitos.” Eles lhes disseram, “nós fomos expulsos pelos nossos e foi fugindo que chegamos aqui, nós compreendemos e queremos estabelecer contato para nos desculparmos e nos explicarmos ao rei”. A delegação do rei lhes disse que o rei queria vê-los. Eles se disseram de acordo e arrumaram suas coisas. Chegando a Porto Novo, a delegação explicou ao rei que se tratava de um “negro branco porque ele fabricava lá mesmo todas as coisas que o branco nos vendia aqui, estão cheios seus quartos lá”. Aquele [informante do rei] que o vira [Paraíso] desmontar os fuzis e montá-los, antes de atirar, acreditava que ele fabricava os fuzis no local mesmo. O rei ficou muito contente porque ele queria fuzis, [queria] ajudantes. E ao invés de o enviar [ao outro rei], como havia

prometido, preferiu fazer dele [Paraíso] seu conselheiro. E o rei lhe deu uma extensão de terra às margens da lagoa porque ele disse ao rei: “nós gostamos do clima do Brasil, nós estamos mais habituados ao frescor do que ao calor muito forte, e é na costa que a gente encontra um clima assim”. O rei disse “aqui não tenho mar, mas tenho a lagoa, tem vento na lagoa, tem de se contentar com isso”. Ele então se estabeleceu na lagoa. A casa que ele construiu ainda está lá. De sua casa, a corte do rei fica a 150 metros. Assim é que da porta de fora o rei o chama e ele vai ver o rei o tempo todo. Então é que ele se tornou o excelente conselheiro do rei. Ele ajudou o rei a realizar os tratados de 1863 com a França.²³ Era seu apelido que era Barbiero [sic], os outros é que diziam que ele era barbeiro. Isso é uma má deformação [sic], é [que tinha] uma barba. Como se chama em português?

P. – *Barba*

K – Não

P. – *Essa barba é a barbicha, a barba pequena como de um bode, é como em francês?*

K. – É uma má [in]formação e os franceses que chegaram aqui disseram que era um barbeiro. Não era um barbeiro. Mesmo [porque] ser barbeiro na época era uma promoção [para ele]. Mas ele tinha deixado crescer a barba e todos os seus filhos que o conheceram o conheceram com a barba.

²³ Trata-se do tratado que estabeleceu o protetorado francês sobre o reino de Porto Novo, consolidando a presença colonial da França na região.